

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	40

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	667.013.209
Preferenciais	0
Total	667.013.209
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	2.319.040	2.223.660
1.01	Ativo Circulante	273.301	226.115
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	36.321	8.671
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.202	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.202	0
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.202	0
1.01.03	Contas a Receber	26.018	199.903
1.01.03.01	Clientes	26.018	23.454
1.01.03.01.01	Concessionárias e Permissionárias	26.018	23.454
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	176.449
1.01.03.02.03	Concessão do Serviço Público - Ativo de Contrato	0	176.449
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.987	8.686
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.987	8.686
1.01.07	Despesas Antecipadas	562	1.386
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	196.211	7.469
1.01.08.03	Outros	196.211	7.469
1.01.08.03.03	Concessão do serviço publico (ativo contrato)	192.129	0
1.01.08.03.06	Outros Créditos	4.082	7.469
1.02	Ativo Não Circulante	2.045.739	1.997.545
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.044.420	1.996.004
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	92.029	63.632
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	92.029	63.632
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.952.391	1.932.372
1.02.01.10.03	Outros Créditos	0	10.794
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	154	87
1.02.01.10.08	Concessão do Serviço Público (Ativo de Contrato)	1.945.875	1.920.166
1.02.01.10.10	Tributos a recuperar	1.325	1.325
1.02.01.10.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.037	0
1.02.03	Imobilizado	468	536
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	468	536
1.02.04	Intangível	851	1.005
1.02.04.01	Intangíveis	851	1.005

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	2.319.040	2.223.660
2.01	Passivo Circulante	131.853	138.533
2.01.02	Fornecedores	3.053	15.903
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.053	15.903
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.705	3.527
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.705	3.527
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.705	3.527
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	93.612	87.888
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	14.979	14.979
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	14.979	14.979
2.01.04.02	Debêntures	78.633	72.909
2.01.05	Outras Obrigações	31.483	31.215
2.01.05.02	Outros	31.483	31.215
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	15.719	18.483
2.01.05.02.04	Encargos setoriais	1.711	2.274
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	7.972	9.719
2.01.05.02.06	Encargos de dívidas	768	739
2.01.05.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.313	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.067.367	984.292
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	537.353	477.383
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	192.040	117.338
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	192.040	117.338
2.02.01.02	Debêntures	345.313	360.045
2.02.02	Outras Obrigações	511.437	489.273
2.02.02.02	Outros	511.437	489.273
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições sociais	197.783	193.940
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições sociais diferidos	299.032	281.758
2.02.02.02.05	Fornecedores	13.051	12.551
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	1.195	849
2.02.02.02.07	Outros passivos	376	175
2.02.04	Provisões	18.577	17.636
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.577	17.636
2.03	Patrimônio Líquido	1.119.820	1.100.835
2.03.01	Capital Social Realizado	667.013	667.013
2.03.02	Reservas de Capital	48.908	34.055
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	34.055
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	48.908	0
2.03.04	Reservas de Lucros	350.888	399.767
2.03.04.01	Reserva Legal	31.112	31.112
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	48.292
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	100.404	52.112
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	215.856	215.856
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	3.516	3.516
2.03.04.10	Reserva de capital	0	48.879
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	53.011	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	52.067	169.332	27.972	134.326
3.01.01	Receita de infra, operação e manutenção, ganho de eficiência na implem da infra e outras, líquidas	26.050	50.494	15.839	20.900
3.01.02	Remuneração dos ativos da concessão, líquida	26.017	118.838	12.133	113.426
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-18.646	-49.891	-23.003	-47.210
3.02.03	Pessoal e administradores	-2.470	-7.046	2.435	-1.073
3.02.04	Benefícios pós emprego	-53	-149	-17	-42
3.02.05	Material	-232	-1.355	-2.317	-7.424
3.02.06	Serviços de terceiros	-1.852	-3.817	-10.264	-23.413
3.02.07	Depreciação e amortização	0	-180	0	0
3.02.09	Custo de construção	-13.947	-37.204	-12.337	-14.739
3.02.12	Outros custos	-92	-140	-503	-519
3.03	Resultado Bruto	33.421	119.441	4.969	87.116
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.069	-11.225	-6.526	-20.866
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.453	-11.556	-6.526	-20.608
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-604	-1.716	-391	-1.416
3.04.02.02	Benefícios pós emprego	-9	-26	-8	-31
3.04.02.03	Material	-21	-792	34	-391
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-3.057	-5.452	-7.416	-18.100
3.04.02.05	Amortização e Depreciação	-85	-253	-83	-249
3.04.02.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais	1.446	-6	2.182	2.155
3.04.02.07	Outras	-1.123	-3.311	-844	-2.576
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	384	384	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-53	0	-258
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	30.352	108.216	-1.557	66.250
3.06	Resultado Financeiro	-12.049	-34.382	-10.755	-31.858
3.06.01	Receitas Financeiras	2.456	5.887	1.310	4.501
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	2.274	5.360	1.225	4.086

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.06.01.06	Atualização depósitos judiciais	1	1	0	0
3.06.01.07	Outras receitas	181	526	85	415
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.505	-40.269	-12.065	-36.359
3.06.02.01	Encargos de dívidas	-3.835	-11.350	-4.116	-12.519
3.06.02.02	Encargos de dívidas - var monet.e cambial	-9.541	-26.796	-7.881	-23.078
3.06.02.04	Marcação a mercado derivativos	-347	-347	0	0
3.06.02.05	Marcação a mercado da dívida	347	347	0	0
3.06.02.09	Atualização contingências	-93	-935	-17	-644
3.06.02.13	Instrumentos financeiros derivativos	72	72	0	0
3.06.02.14	Outras despesas financeiras	-1.108	-1.260	-51	-118
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	18.303	73.834	-12.312	34.392
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.177	-20.823	3.801	-11.704
3.08.01	Corrente	-1.525	-3.549	693	0
3.08.02	Diferido	-3.652	-17.274	3.108	-11.704
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.126	53.011	-8.511	22.688
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.126	53.011	-8.511	22.688
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0327	0,0795	0,0128	0,034

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	13.126	53.011	-8.511	22.688
4.03	Resultado Abrangente do Período	13.126	53.011	-8.511	22.688

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/09/2025	01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	90.129	61.730
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-20.085	-46.814
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do período	53.011	22.688
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	20.823	11.704
6.01.01.03	Pis e Cofins Diferido	3.829	930
6.01.01.04	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	33.746	32.186
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para riscos	6	-2.155
6.01.01.07	Amortização e depreciação	433	249
6.01.01.08	Remuneração do Ativo de contrato de concessão	-118.838	-113.426
6.01.01.09	Margem do ativo de contrato da Transmissão	-12.777	1.002
6.01.01.12	Programa de remuneração variável- ILP	29	8
6.01.01.13	Marcação a Mercado dividas	-347	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	110.214	108.544
6.01.02.01	Diminuição de concessionárias e permissionária	124.866	114.555
6.01.02.05	(Aumento) de impostos a recuperar	-1.301	-1.178
6.01.02.06	(Aumento) diminuição de depósitos judiciais	-66	50
6.01.02.07	(Aumento) de despesas antecipadas	824	-982
6.01.02.08	(Aumento) de outros créditos	3.387	-3.936
6.01.02.10	(Diminuição) aumento de fornecedores	-12.350	-3.396
6.01.02.11	(Diminuição) de tributos e contribuições sociais	-880	-669
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.477	-190
6.01.02.15	Aumento de Encargos setoriais	-217	2.968
6.01.02.16	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	0	-181
6.01.02.17	Aumento de outras contas a pagar	-1.572	1.503
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-53.860	-17.049
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-7	0
6.02.03	Aplicações no Intangível	-24	-29
6.02.04	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	-27.239	-34
6.02.05	Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia	-26.590	-16.986
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.619	-46.615
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos e debentures	86.000	0
6.03.02	Pagamentos de empréstimos, debêntures - principal	-48.547	-45.970
6.03.03	Pagamentos de empréstimos, debêntures - juros	-9.529	-10.675
6.03.05	Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos	276	0
6.03.10	Pagamentos de dividendos	-2.764	0
6.03.11	Recursos destinados a aumento de capital	-34.055	10.030
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	27.650	-1.934
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.671	8.899
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	36.321	6.965

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	82.934	350.888	0	0	1.100.835
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	82.934	350.888	0	0	1.100.835
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-34.026	0	0	0	-34.026
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	-34.055	0	0	0	-34.055
5.04.09	Programa de remuneração variável- ILP	0	29	0	0	0	29
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	53.011	0	53.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	53.011	0	53.011
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	48.908	350.888	53.011	0	1.119.820

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	48.865	300.650	0	0	1.016.528
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	48.865	300.650	0	0	1.016.528
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	10.038	0	0	0	10.038
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	10.030	0	0	0	10.030
5.04.09	Programa de remuneração variável- ILP	0	8	0	0	0	8
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.688	0	22.688
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.688	0	22.688
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	58.903	300.650	22.688	0	1.049.254

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 30/09/2025	01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	193.608	153.943
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	118.838	137.702
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	74.770	16.241
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-50.660	-66.233
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.423	-51.162
7.02.04	Outros	-39.237	-15.071
7.03	Valor Adicionado Bruto	142.948	87.710
7.04	Retenções	-433	-249
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-433	-249
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	142.515	87.461
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.172	4.720
7.06.02	Receitas Financeiras	6.172	4.720
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	148.687	92.181
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	148.687	92.181
7.08.01	Pessoal	7.642	2.177
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.484	1.774
7.08.01.02	Benefícios	680	280
7.08.01.03	F.G.T.S.	478	123
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	46.338	30.090
7.08.02.01	Federais	46.284	30.090
7.08.02.02	Estaduais	53	0
7.08.02.03	Municipais	1	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.696	37.226
7.08.03.01	Juros	40.269	36.359
7.08.03.02	Aluguéis	1.427	867
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	53.011	22.688
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	53.011	22.688

Comentário do Desempenho

LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
RESULTADOS 3º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 06 de novembro de 2025 – A Administração da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“Linhas de Macapá”, “LMTE” ou “Companhia”) apresenta os resultados do terceiro trimestre (3T25) e nove meses (9M25) de 2025. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“LMTE” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida em Minas Gerais, com filiais no Amapá, no Pará e no Rio de Janeiro. A Companhia se encontra em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 85,04% do capital social da Companhia. Os outros 14,96% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.



Gemini

LMTE	LXTE	LTTE
85,04%	83,34%	100%

Segue abaixo quadro com o resumo da concessão:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	RAP Ciclo 25-26 (R\$ mm) ^(a)	Receitas de Fibra Ótica	Status
LMTE	out/08	AP/PA	685	1.410	jun/13	171,7 ^(a)	24,7	Operacional

(a) Os valores publicados de receita anual permitida (RAP) são referentes ao ciclo 25/26, líquidos de PIS/COFINS e consideram as receitas adicionais de R\$ 2,4 milhões com base na REA nº 11.996/22 e R\$ 7,7 milhões com base na REA nº 13.314/23, passando a valer a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026.

Comentário do Desempenho

2. PRINCIPAIS DIFERENÇAS – SOCIETÁRIO X REGULATÓRIO

O resultado financeiro das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil é elaborado a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado Societário, com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como Resultado Regulatório.

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecido uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do aviso de crédito (AVC), ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura, que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado societário enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

Depreciação e amortização: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo de contrato no balanço patrimonial e amortizados pelo recebimento efetivo da RAP. O ativo imobilizado reconhecido no balanço patrimonial refere-se aos bens e não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

2.1 Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47), no qual a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

Comentário do Desempenho

2.2 Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

2.3 Resultados econômico-financeiros Societário x Regulatório

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário da LMTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Societário Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T25	3T24	Var. %	9M25	9M24	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	15,4	13,6	+ 13,2	41,0	16,2	+ 152,5
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura	(1,4)	(1,3)	+ 7,7	(3,8)	(1,5)	+ 146,6
Receita das margens da obrigação de performance da construção	12,1	0,4	+ 2.925,0	12,7	0,5	+ 2.688,8
Receita de operação e manutenção	3,6	3,2	+ 12,5	10,1	9,5	+ 6,3
Receita de remuneração do ativo de contrato	26,0	12,1	+ 114,9	118,8	113,4	+ 4,8
Outras receitas operacionais	4,0	4,7	- 14,9	14,3	15,8	- 9,4
Total da receita bruta	59,7	32,9	+ 81,5	193,2	153,9	+ 25,6
Deduções da receita	(7,7)	(4,9)	+ 56,4	(23,9)	(19,6)	+ 22,2
Receita operacional líquida	52,0	28,0	+ 85,7	169,3	134,3	+ 26,0
PMSO	(9,5)	(19,3)	- 50,7	(23,8)	(55,0)	- 56,7
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	1,8	2,2	- 16,1	0,3	2,4	- 86,5
Custo de construção	(13,9)	(12,3)	+ 13,1	(37,2)	(14,7)	+ 152,4
Amortização / Depreciação	(0,1)	(0,1)	+ 2,0	(0,4)	(0,2)	+ 73,9
Resultado financeiro	(12,1)	(10,8)	+ 12,0	(34,4)	(31,9)	+ 7,9
Contribuição social e imposto de renda	(5,2)	3,8	-	(20,8)	(11,7)	+ 77,9
Lucro líquido	13,1	(8,5)	-	53,0	22,7	+ 133,5
EBITDA	30,4	(1,5)	-	108,6	67,0	+ 62,2
Margem EBITDA (%)	58,5	(5,3)	-	64,2	49,9	+ 28,7

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Principais impactos do resultado societário:

Receita operacional líquida societária: a receita líquida IFRS totalizou R\$ 52,0 milhões no 3T25, um aumento de R\$ 24,0 milhões em comparação ao 3T24 em função da capitalização do reforço REA 11.996 da LMTE, referente a investimentos do antigo acionista reconhecidos pelo MME como reserva sistêmica e capitalizados no ativo de contrato.

PMSO: a rubrica alcançou R\$ 9,5 milhões no 3T25 redução de R\$ 9,8 milhões na comparação com o 3T24 devido:

- (i) pelo impacto positivo com destaque na linha de serviços de terceiros em razão da internalização das atividades e estrutura de O&M (-R\$ 5,1 milhões);
- (ii) Menores aquisições de sobressalentes e materiais para implementação de melhoria na infraestrutura da concessão (-R\$ 2,1 milhões).

Demais despesas operacionais: No 3T25, a rubrica teve um aumento R\$ 0,4 milhão. Esse aumento foi ocasionado principalmente pelas alterações de prognóstico de contingências cíveis (+R\$ 0,7 milhões).

Comentário do Desempenho

Custo de construção: a linha de custo de construção aumentou R\$ 1,6 milhão no 3T25 em comparação com o 3T24 devido a maior realização de capex e evolução física dos projetos de reforços.

EBITDA e margem EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 30,4 milhões no 3T25, aumento de R\$ 31,9 milhões do registrado no 3T24, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Resultado Financeiro: As despesas financeiras líquidas, aumentaram 12,0%, na comparação com o 3T24, alcançando R\$ 12,1 milhões no 3T25, em função do efeito líquido dos seguintes eventos:

- (i) Pagamentos de IOF (+R\$ 1,2 milhão);
- (ii) Aumento dos encargos de dívida, ocasionado pela variação da TJLP (R\$ +1,6 milhão).

Esses impactos foram compensados por:

- (i) Aumento das receitas financeiras (+R\$ 1,1 milhão).

Lucro líquido: a Companhia registrou um lucro de R\$ 13,1 milhões no 3T25, aumento de R\$ 21,6 milhões na comparação 3T24, em função dos eventos descritos acima.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório da LMTE:

Aviso: Os resultados regulatórios são elaborados com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujo conteúdo tem a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão, não sendo considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Vale lembrar que as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T25	3T24	Var. %	9M25	9M24	Var. %
Total da receita bruta	53,1	48,7	+ 9,1	151,8	143,9	+ 5,5
Deduções da receita	(7,1)	(6,4)	+ 10,9	(20,1)	(18,7)	+ 7,4
Receita operacional líquida	46,0	42,3	+ 8,8	131,8	125,2	+ 5,2
PMSO	(9,5)	(14,2)	- 32,9	(24,0)	(40,6)	- 40,8
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	1,8	2,2	- 16,1	0,3	1,9	- 82,9
Amortização / Depreciação	(11,6)	(11,6)	+ 0,0	(34,8)	(34,8)	+ 0,0
Resultado financeiro	(12,1)	(10,8)	+ 12,0	(34,4)	(31,9)	+ 7,9
Contribuição social e imposto de renda	(3,9)	(3,1)	+ 29,2	(9,0)	(6,7)	+ 32,8
Lucro líquido	10,7	4,9	+ 119,1	30,0	13,1	+ 128,8
EBITDA Regulatório	38,3	30,3	+ 26,5	108,1	86,5	+ 24,9
Margem EBITDA (%)	83,3	71,6	+ 16,3	82,0	69,1	+ 18,7

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhistas, cíveis, regulatórias, ambientais, fiscais e outras receitas e despesas.

Receita operacional líquida regulatória: No 3T25, a receita operacional líquida foi de R\$ 46,0 milhões, R\$ 3,7 milhões maior do que o registrado no 3T24 devido ao reajuste tarifário para o ciclo 2025 – 2026 conforme Resolução Homologatória nº 3.481 da ANEEL.

PMSO: a linha de PMSO alcançou R\$ 9,5 milhões, uma redução de R\$ 4,7 milhões no 3T25 em comparação com o 3T24 em consequência de:

- (i) Internalização das atividades O&M ocasionando um efeito líquido nas rubricas de serviços de terceiros e pessoal, em -R\$ 5,1 milhões;

Comentário do Desempenho

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- (ii) Aquisição de material e aluguel de veículos para manutenção de linhas de transmissão na LMTE (+R\$ 0,3 milhão).

Demais despesas operacionais: No 3T25, a rubrica teve uma redução de R\$ 0,4 milhão.

EBITDA: o EBITDA Regulatório alcançou R\$ 38,3 milhões no 3T25, crescimento de R\$ 8,0 milhões acima do registrado no 3T24, principalmente pelos efeitos explicados no PMSO.

Resultado Financeiro: As despesas financeiras líquidas, aumentaram 12,0%, na comparação com o 3T24, alcançando R\$ 12,1 milhões no 3T25, em função do efeito líquido dos seguintes eventos:

- (ii) Pagamentos de IOF (+R\$ 1,2 milhão);
- (iii) Aumento dos encargos de dívida, ocasionado pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) (+R\$ 1,6 milhão);

Esses impactos foram compensados por:

- (iv) Aumento das receitas financeiras (+R\$ 1,1 milhão).

Lucro líquido: No 3T25, a Companhia apresentou lucro de R\$ 10,7 milhões, R\$ 5,8 milhões maior do que o lucro apresentado no 3T24.

3. ESTRUTURA DE CAPITAL

3.1 Caixa e endividamento

A posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 132,6 milhões em setembro de 2025, frente aos R\$ 71,5 milhões registrados em junho de 2025.

Em setembro de 2025, a dívida líquida foi de R\$ 499,5 milhões, contra R\$ 467,4 milhões em junho de 2025.

A seguir, apresentam-se as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos indicados:

Descrição Valores em R\$ milhões	30/09/2025	30/06/2025	31/03/2025
Circulante	99,7	91,5	91,1
Empréstimos e financiamentos	15,0	15,0	15,0
Debêntures	78,6	75,8	75,5
Encargos de dívidas	0,8	0,7	0,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	5,3	-	-
Não Circulante	532,3	447,4	480,9
Empréstimos e financiamentos	192,0	109,8	113,6
Debêntures	345,3	337,5	367,3
Total das dívidas	632,0	538,8	572,1
(-) Disponibilidades financeiras	132,6	71,5	90,0
Total das dívidas líquidas	499,5	467,4	482,1

Comentário do Desempenho

4. EVENTOS SUBSEQUENTES

4.1 Energização do Reforço Oriximiná

Em 17 de outubro de 2025 a Controlada indireta LMTE energizou o Reforço de Grande Porte autorizado para aumento da potência instalada na subestação Oriximiná. O Reforço da subestação Oriximiná, situada no Pará, é um empreendimento que compreende a instalação do segundo Banco de Autotransformadores Monofásicos (TR2) 500/138-13,8 KV de 150 MVA. A obra foi concluída 30 meses após publicação da Resolução Autorizativa - REA nº 14.314, dentro do prazo regulatório previsto. Foram investidos aproximadamente R\$ 57,7 milhões e o empreendimento adiciona ao portfólio do grupo uma RAP de R\$ 7,7 milhões.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A **Notas explicativas às informações financeiras (informações trimestrais) para o** **período findo em 30 de setembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou "LMTE"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.2 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 009/2008 ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 16 de setembro de 2038, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados do Amapá e Pará composto por linhas transmissão em 500 kV c2 e 230 kV c2, e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA).

As instalações entraram em operação comercial em 12 de junho de 2013 (Tramo de 500 kV) e em 22 de janeiro de 2014 (Tramo 230 kV).

Transmissão de energia elétrica:

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI – Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e,

Notas Explicativas

VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

1.3 Principais assuntos Regulatórios

1.3.1 Reajuste Tarifário Anual

A Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.481, de 15 de julho de 2025, estabeleceu a Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP da companhia é reajustada pelo IPCA (+5,32%).

A seguir, A RAP da Companhia reajustada sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Contrato de concessão	Rede Básica			Rede Fronteiras		Demais instalações	Total Ciclo 2025- 2026	Total Ciclo 2024- 2025
	RBL	RBNI	RMEL	RBL	RBNI	RPEC		
009/2008	152.969	91	3	7.711	2.427	824	164.025	155.740

1.3.2 Aquisição 4º transformador (TR4)

A SE Macapá 230/69 kV tem uma capacidade instalada total de 450 MVA, composta por três transformadores de 150 MVA conforme contrato de concessão 09/2008. Em decorrência ao incidente de Macapá, definiu-se a necessidade de inclusão de um quarto transformador (“TR4”) na SE Macapá pela Agência reguladora.

Com o restabelecimento de todos os transformadores da concessão, o TR4 foi indicado pelo MME ao Plano de Outorgas de transmissão de Energia (POTE) com a necessidade do reconhecimento imediato do TR4 como reserva sistêmica e de sua respectiva remuneração. Desta forma, a Companhia amortiza o saldo de forma segregada já que o art. 3º da REA 11.996/ 2022 previa uma RAP temporária.

Desta forma, a Companhia amortizou o saldo de forma segregada já que o art. 3º da REA 11.996/ 2022 previa uma RAP temporária.

Após a emissão da Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.481 por parte da ANEEL em 15 de julho de 2025, a RAP do TR4 deixou de ser temporária e está mantida por 35 anos, sendo assim, um componente da RAP e que passará a fazer parte da concessão no ciclo subsequente a vigência da REH.

A Companhia reavaliou a tratativa inicial dos investimentos realizados no TR4, considerando como base (i) o fato de garantia da manutenção da RAP até o final da concessão e a (ii) aderência desse investimento nas normas contábeis.

A conclusão da Companhia é que os investimos no TR4 deve compor o ativo de contrato de concessão e ter todo tratamento no escopo do CPC 47.

Nesse sentido, a Companhia realizou o registro da capitalização dos investimentos no ativo de contrato em 31 de julho de 2025, cujo saldo capitalizado foi de R\$ 22.481.

Notas Explicativas

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações trimestrais e o resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominadas e "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024"), publicadas na imprensa oficial em 22 de março de 2025.

Dessa forma, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, estão sendo evidenciadas e correspondem as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações trimestrais da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 06 de novembro de 2025.

2.2 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações que ainda não estão em vigor

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Normas	Descrição
Alterações CPC 18 (R3)	Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto
Alterações CPC 02 (R4)	Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas informações trimestrais.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo International Accounting Standards Board - IASB, mas ainda não vigentes, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

3. Informação por segmento

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

4. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos são constituídos, principalmente, por caixa, depósitos bancários a vista e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de setembro de 2025 equivale a 87,0% do CDI.

Notas Explicativas

	30/09/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários à vista	2.969	8.671
Operações compromissadas	33.352	-
Total	36.321	8.671

4.2 Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada por Certificados de Depósito Bancário (CDB). A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de setembro de 2025 equivale a 87,0% do CDI (96,4% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	30/09/2025	31/12/2024
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	49.239	46.813
Fundos de investimentos exclusivos		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	62	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	2	-
Fundo Multimercado	531	-
Fundo de Renda Fixa	1.908	-
Letra Financeira (LFT)	543	-
Letra Financeira (LF)	416	-
Nota de Crédito	7	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	109	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	624	-
Recursos Vinculados	42.790	16.819
Total ⁽¹⁾	96.231	63.632
Circulante	4.202	-
Não Circulante	92.029	63.632

⁽¹⁾ Inclui R\$49.239 (R\$63.632 em 31 de dezembro de 2024) referente a garantia de debêntures.

5. Concessionárias e permissionárias

	30/09/2025	31/12/2024
Concessionárias e Permissionárias	29.073	26.350
Concessionárias e Permissionárias - partes relacionadas	-	159
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD ⁽¹⁾	(3.055)	(3.055)
Total - circulante	26.018	23.454

⁽¹⁾ Refere-se a saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das transmissoras de energia elétrica onde a Companhia avaliou que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuou o reconhecimento da provisão para perdas.

6. Tributos à Recuperar

	30/09/2025	31/12/2024
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	8.057	7.032
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	2.509	2.275
Contribuições ao PIS e a COFINS	308	289
Outros	438	415
Total	11.312	10.011
Circulante	9.987	8.686
Não circulante	1.325	1.325

Notas Explicativas

7. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	30/09/2025	31/12/2024
Ativo		
Prejuízos fiscais	27.765	30.282
Base negativa da contribuição social	9.995	10.911
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda	5.675	5.360
Contribuição social	2.043	1.929
Total – ativo não circulante	45.478	48.482
Passivo		
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda	(253.316)	(242.824)
Contribuição social	(91.194)	(87.416)
Total – passivo não circulante	(344.510)	(330.240)
Total líquido – ativo (passivo) não circulante	(299.032)	(281.758)

As diferenças temporárias são como segue:

	30/09/2025		31/12/2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	111.058	37.760	121.155	41.193
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	10.623	3.612	10.623	3.612
Provisões para riscos cível, trabalhista, fiscal e regulatório	8.685	2.953	7.744	2.633
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	3.055	1.039	3.055	1.039
Marcação a mercado – derivativos	276	94	-	-
Outras adições temporárias	59	20	17	5
Concessão do serviço público – ativo de contrato	(1.012.917)	(344.392)	(971.294)	(330.240)
Instrumentos financeiros – empréstimos	(347)	(118)	-	-
Total líquido – (passivo) não circulante	(879.508)	(299.032)	(828.700)	(281.758)

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Total
2025	17
2026	3.699
2027	5.340
2028	6.081
2029	7.058
2030 a 2032	22.565
Após 2032	718
Total	45.478

Em 30 de setembro de 2025 e 2024 a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado dos períodos, foram apuradas pelo regime de tributação de lucro real, conforme segue:

Notas Explicativas

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	18.303	73.834	(12.312)	34.392
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(6.223)	(25.104)	4.186	(11.693)
Ajustes:				
Incentivos fiscais – Redução 75% IRPJ e adicionais ⁽¹⁾	870	4.366	(347)	-
Incentivos fiscais – Outros ⁽²⁾	31	78	(9)	-
Incentivos fiscais – Pesquisa, desenvolvimento e inovação ⁽³⁾	-	-	-	9
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(29)	(185)	(29)	(20)
Outros	174	22	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(5.177)	(20.823)	3.801	(11.704)
Alíquota efetiva	28,28%	28,20%	30,87%	34,03%

⁽¹⁾ A companhia possui direito ao benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais para o exercício de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027 através do laudo Constitutivo nº 0069/2018 – Reconhecido pelo ADE RFB 135/2019.

⁽²⁾ Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

⁽³⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

8. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A, que detém 85,04% do capital total.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Serviços contratados (despesas)	Compartilhamento ⁽⁴⁾	Receita com transmissão de energia ⁽¹⁾	Saldo a pagar	Saldos a receber ⁽¹⁾	Recursos destinados para futuro aumento de capital ⁽⁵⁾
Energisa Soluções S/A ⁽²⁾	(630)	-	-	(222)	-	-
Energisa S/A ⁽³⁾	(1.631)	(733)	-	(464)	-	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	-	(15)	537	(3)	-	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	12	374	-	-	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	(16)	1.353	(7)	-	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	(1)	305	(1)	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	(82)	842	(15)	-	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	(247)	578	(27)	-	-
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	(111)	165	(13)	-	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	6	491	-	-	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	(1)	231	(1)	-	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	(24)	-	(3)	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	-	1	-	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	-	1	-	-	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	1	-	-	-	-
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	-	2	-	-	-	-
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	-	2	-	-	-	-
Companhia de Gás do Espírito Santo - Es Gás	-	1	-	-	-	-
30/09/2025	(2.261)	(1.204)	4.876	(756)	-	-
31/12/2024	-	-	-	(552)	159	(34.055)
30/09/2024	(18.861)	(1.327)	4.069	-	-	-

Notas Explicativas

- (1) Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.
- (2) Refere-se a serviços contratados de Operação e Manutenção.
- (3) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade, faturamento, telefonia e redes. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 23 de outubro de 2023 com prazo de validade de 53 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; e **Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 01 de novembro de 2023 com vencimento em 31 de outubro de 2026 no valor total de R\$1.994, correspondente ao período de 36 meses, referente: (i) serviços de implantação (migração de sistemas GEMINI); (ii) intercompany ERP (manutenção de licenças e infraestrutura de TI); (iii) infraestrutura de TI (licenciamento e ativos DC principal e contingência); (iv) sustentação (sistemas, infraestrutura e serviços de campo). A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.
- (4) Contrato de compartilhamento - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022. Em 05 de janeiro de 2024 foi realizado um aditivo contratual incluindo novas empresas.
- (5) Em setembro de 2025, a Administração da companhia respaldada em sua análise de fluxo de caixa, optou em contratar empréstimo e, com isso, efetuou a restituição dos valores referentes ao AFAC ao acionista.

Remuneração dos administradores:

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2024, não houve pagamento de honorários aos administradores e esse fato não se constitui obrigação futura da Companhia, pois os serviços corporativos são executados por administradores na estrutura da controladora.

9. Concessão de serviço público (Ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

A concessão da Companhia de transmissão por não ser onerosa, não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Conforme previsto pelo CPC 47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48/IFRS 9, onde para o período findo em 30 de setembro de 2025 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Descrição	
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Jurupari – Laranjal – Macapá e LT 500 kV Jurupari – Oriximiná C1 e C2
Margem de construção	0%
Margem de operação e manutenção	8,19%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	3 a 8%
Índice de correção do contrato	IPCA
Custos incorridos	1.365.158
RAP anual ⁽²⁾	171.704

⁽¹⁾ A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Notas Explicativas

(2) A resolução homologatória da ANEEL nº 3.481 de 15 de julho de 2025 estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2025-2026, reajustando a RAP pelo IPCA em 5,32%.

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no período:

Ativo de Contrato de Concessão	30/09/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	2.096.615	2.043.697
Receita de remuneração do ativo de contrato	118.838	175.564
Margem da obrigação de performance de construção	12.777	811
Receita de operação e manutenção	10.109	12.797
Perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(3.792)	(3.670)
Receita de construção da infraestrutura	40.996	39.672
Recebimento de RAP	(137.539)	(172.256)
Saldos Finais	2.138.004	2.096.615
Circulante	192.129	176.449
Não Circulante	1.945.875	1.920.166

10. Fornecedores

	30/09/2025	31/12/2024
Materiais	78	662
Serviços	16.026	27.792
Total (1)	16.104	28.454
Circulante	3.053	15.903
Não Circulante	13.051	12.551

(1) Refere-se às aquisições de materiais e serviços necessários à implementação de reforços, melhorias e operação e manutenção das Linhas de Transmissão.

11. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2024	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 30/09/2025
Moeda Nacional							
Pré Fixado	133.056	-	(11.235)	(7.301)	7.206	-	121.726
Total moeda nacional	133.056	-	(11.235)	(7.301)	7.206	-	121.726
Moeda Estrangeira							
Dólar	-	86.000	-	-	408	-	86.408
Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	(347)	(347)
Total em moeda estrangeira	-	86.000	-	-	408	(347)	86.061
Total	133.056	86.000	(11.235)	(7.301)	7.614	(347)	207.787
Circulante	15.718						15.747
Não circulante	117.338						192.040

	Saldos em 31/12/2023	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Saldos em 30/09/2024
Moeda Nacional					
Pré Fixado	148.079	(14.980)	(10.830)	10.787	133.056
Total moeda nacional	148.079	(14.980)	(10.830)	10.787	133.056
Circulante	15.761				15.718
Não circulante	132.318				117.338

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Notas Explicativas

Operação	Total		Encargos Financeiros (%a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (%a.a.)	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) ⁽³⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (%a.a.) ⁽²⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽⁵⁾
	30/09/2025	31/12/2024								
LMTEX BASA - CCB 007-10/0062-3	121.726	133.056	PRÉ + 10.00%	-	out/33	Mensal a partir de abr/22	7,41%	-	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	121.726	133.056								
BOCOM BBM - LOAN N° 58871	86.408	-	USD + 3.54%	CDI + 0,73	set/27	final	-11,47%	10,91%	A	N/A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(347)	-								
Total em Moeda estrangeira	86.061	-								
Total	207.787	133.056								

(1) A= Aval Energisa S/A; R = Recebíveis e S = Seguro;

(2) Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19;

(3) As taxas efetivas de juros representam as variações no período findo em 30 de setembro de 2025.

(4) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº 19);

Condições de *covenants*

(5) O empréstimo e financiamento possui cláusula restritiva, que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos períodos:

	30/09/2025	31/12/2024
US\$ x R\$	(14,11)%	27,90%
CDI	10,36%	10,88%

Vencimentos:

Em 30 de setembro de 2025, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2025
2026	3.745
2027	100.916
2028	14.979
2029	14.979
Após 2029	57.421
Total	192.040

Notas Explicativas

12. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2024	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 30/09/2025
Moeda Nacional					
Pós Fixado					
TJLP	438.687	(37.312)	(2.228)	29.795	428.942
(-) Custo com captação	(5.733)	-	-	737	(4.996)
Total ao custo amortizado	432.954	(37.312)	(2.228)	30.532	423.946
Circulante	72.909				78.633
Não circulante	360.045				345.313

	Saldos em 31/12/2023	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 30/09/2024
Moeda Nacional					
Pós Fixado					
TJLP	478.295	(70.649)	(4.757)	35.798	438.687
(-) Custo com captação	(6.716)	-	-	983	(5.733)
Total moeda nacional	471.579	(70.649)	(4.757)	36.781	432.954
Circulante	68.205				72.909
Não circulante	403.374				360.045

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias
	30/09/2025	31/12/2024							
Debentures 1ª Emissão	428.942	438.687	27/01/2012	569.568.025 / 569.568.025	TJLP + 6.00%	out/30	Semestral a partir de out/22	7,08%	SG
(-) Custos de captação	(4.996)	(5.733)							
Total	423.946	432.954							

- (1) Garantias: Conta Reserva do Serviço da Dívida (CRSD) equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações da concessionária e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas – Reservas, mantidas na rubrica de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados no montante de R\$49.239 em 30 de setembro de 2025 (R\$63.632 em 31 de dezembro de 2024).
- (2) As debêntures da 1ª emissão possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a Companhia o direito de comprar estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. A Companhia mensurou o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração, em 30 de setembro de 2025, não há montante a reconhecer deste instrumento.

Em 30 de setembro de 2025, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2025
2026	38.568
2027	76.645
2028	76.645
2029	76.645
Após 2029	76.810
Total	345.313

Os principais indicadores utilizados para a atualização das debentures tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/09/2025	31/12/2024
TJLP	6,33%	6,19%

Notas Explicativas

13. Impostos e contribuições sociais

	30/09/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	13	440
Contribuições ao PIS e à COFINS (*)	199.489	195.454
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	941	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	331	-
Encargos Sociais	320	517
Imposto Sobre Serviços – ISS	178	169
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	159	345
Outros	57	542
Total	201.488	197.467
Circulante	3.705	3.527
Não circulante	197.783	193.940

(*) PIS e COFINS corrente e diferidos reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP – Receita Anual Permitida.

14. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória e ambiental.

14.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Regulatória	Fiscal	Ambiental	30/09/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	205	2.346	5.679	2.531	6.875	17.636	21.986
Provisões e reversões líquidas	(6)	64	-	-	(52)	6	(4.951)
Pagamentos realizados	-	-	-	-	-	-	(308)
Atualização	18	92	570	-	255	935	909
Saldos finais	217	2.502	6.249	2.531	7.078	18.577	17.636

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente discussões sobre responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas rescisórias referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Notas Explicativas

Fiscal

Processos relacionados a discussão sobre compensação não homologada de IRPJ/CSLL.

Ambiental

Os processos ambientais envolvem discussões sobre licenças ambientais.

Cível

Processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Regulatória

Processos envolvendo o pedido de suspensão da aplicação de Parcela variável à Companhia pelo atraso na entrada em operação das instalações de transmissão e suspensão dos descontos no pagamento das concessionárias, vinculado à aplicação de resolução normativa ANEEL 270/2007.

14.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista, cível, fiscal e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Abaixo demonstrativo das movimentações dos processos classificados com prognóstico de perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	30/09/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	-	294.718	6.240	5.214	306.172	201.308
Novos processos	-	50	-	-	50	104.691
Mudanças de prognóstico	8	(81.495)	-	354	(81.133)	6.726
Encerramento de processos	-	(37.177)	-	(2.618)	(39.795)	(17.076)
Atualização	1	7.580	626	113	8.320	10.523
Saldos finais	9	183.676	6.866	3.063	193.614	306.172

Cível

As ações judiciais de natureza cível, referem-se, em sua grande maioria a processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, além de ações consumeristas onde se discute demandas de cunho indenizatório.

Principais processos:

Processo	Tipo de Ação	Objeto	30/09/2025	31/12/2024
1008725-07.2020.4.01.3100	Criminal	Em curso na 4ª Vara Federal Criminal de Macapá, foi instaurado pela Polícia Federal do Amapá para apurar possível(eis) ocorrência(s) prevista(s) no(s) artigos 250, §2º (incêndio culposo), e artigo 265 (atentar contra a segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública) do Código Penal Brasileiro, além de outras que porventura sejam constatadas no curso da investigação, também relacionadas ao apagão, teve o prognóstico alterado de possível para remoto. Em abril_25 foi proferida decisão para o arquivamento da ação. Processo encerrado sem ônus para Energisa .	-	78.571

Notas Explicativas

Processo	Tipo de Ação	Objeto	30/09/2025	31/12/2024
S/N	Ações Consumeristas Apagão	Discute demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03).	79.180	112.288
1001396-65.2025.4.01.3100	Ação Civil Pública Apagão	Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, envolvendo discussão sobre a interrupção no fornecimento de energia elétrica, ocorrida em 2020, no Estado do Amapá	103.298	100.000

Fiscal

As ações de natureza tributária referem-se basicamente discussões sobre não reconhecimento de compensações (PER/DCOMP) envolvendo saldo negativo de IRPJ e CSLL.

Ambiental

As ações de natureza ambiental referem-se basicamente discussões sobre suposto descumprimento de preceitos regulatórios.

15. Patrimônio Líquido

15.1 Capital Social

O capital social é de R\$667.013 (R\$667.013 em 31 de dezembro de 2024) representando 667.013.209 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, conforme composição abaixo:

	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	567.260.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	99.753.209
	667.013.209

15.2 Reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Norte, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 204/2018 - Ato Declaratório Executivo nº 134 - DRF/CBA de 19 de novembro de 2019, que impôs algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de produção ou operação de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

Notas Explicativas

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No período findo em 30 de setembro de 2025 a Companhia apurou R\$4.366 de redução de imposto de renda e adicionais.

16. Receita operacional

Descrição	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Receita de construção de infraestrutura	15.369	40.996	13.594	16.241
Receita de remuneração do ativo de contrato	26.017	118.838	12.133	113.426
Perdas de eficiência na implementação de infraestrutura	(1.422)	(3.792)	(1.257)	(1.502)
Receita de operação e manutenção	3.615	10.109	3.247	9.465
Receita das margens da obrigação de performance da construção	12.188	12.777	447	500
Outras receitas	3.984	14.296	4.720	15.813
Total de receita operacional bruta	59.751	193.224	32.884	153.943
Deduções da receita operacional				
PIS corrente	(875)	(2.505)	(803)	(2.374)
PIS diferido	(110)	(683)	260	(166)
COFINS corrente	(4.033)	(11.539)	(3.697)	(10.935)
COFINS diferido	(509)	(3.146)	1.199	(764)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(2.007)	(5.582)	(1.729)	(4.956)
Taxa de fiscalização	(150)	(437)	(142)	(422)
Total de dedução da receita	(7.684)	(23.892)	(4.912)	(19.617)
Receita operacional líquida	52.067	169.332	27.972	134.326

17. Lucro por ação

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Numerador				
Lucro líquido do período				
Lucro disponível aos acionistas ordinárias	13.126	53.011	(8.511)	22.688
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	667.013	667.013	667.013	667.013
Lucro líquido básico e diluído por ação em Reais (R\$): ⁽¹⁾				
Ação ordinária	0,0197	0,0795	(0,0128)	0,0340

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

18. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

Descrição	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			30/09/2025	31/12/2024
Auto Frota	23/10/2025	Até 1.000/veículo	2	1
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	4	4
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2026	90.000	13	11
Riscos Operacionais	30/06/2026	200.000	733	2.770
Riscos de Engenharia (RE)	30/10/2025	68.800	154	-
Vida em grupo e acidentes pessoais	31/01/2026	6.143	17	7
Responsabilidade civil administradores e diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	1	2
Transporte nacional	30/07/2025	Até 5.000/viagem	1	2
			925	2.797

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	30/09/2025		31/12/2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa	2	36.321	36.321	8.671	8.671
Concessionárias e Permissionárias	2	26.018	26.018	23.454	23.454
		62.339	62.339	32.125	32.125
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	96.231	96.231	63.632	63.632
Instrumentos financeiros derivativos	2	5.037	5.037	-	-
		101.268	101.268	63.632	63.632

	Nível	30/09/2025		31/12/2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivo					
Custo amortizado:					
Fornecedores	2	16.104	16.104	28.454	28.454
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	545.672	545.672	566.010	566.010
		561.776	561.776	594.464	594.464
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	5.313	5.313	-	-
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		86.061	86.061	-	-
		91.374	91.374	-	-

Notas Explicativas

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 30 de setembro de 2025, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado. Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo "swap" para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os "swaps" quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 30 de setembro de 2025, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 30 de setembro de 2025, o valor contábil das dívidas designadas como "Fair Value Option" foi impactado em R\$347 e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Gerenciamento dos riscos

Administração financeira de riscos

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é como segue:

	30/09/2025	31/12/2024
Dívida ⁽¹⁾	631.733	566.010
Caixa equivalentes de caixa	(36.321)	(8.671)
Dívida líquida	595.412	557.339
Patrimônio líquido	1.119.820	1.100.835
Índice de endividamento – líquido	0,53	0,51

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas.

Notas Explicativas

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		3.053	-	-	-	13.051	16.104
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	15,53%	55.968	57.585	372.162	317.579	13.676	816.970
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.024	3.289	(5.037)	-	-	276
Total		61.045	60.874	367.125	317.579	26.727	833.350

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. As transmissoras são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras, são como segue:

	Nota	30/09/2025	31/12/2024
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	36.321	8.671
Concessionárias e permissionárias	5	26.018	23.454

Notas Explicativas

	Nota	30/09/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	96.231	63.632
Instrumentos Financeiros derivativos		5.037	-

Risco de mercado: taxa de juros e de cambio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de setembro de 2025, excluídos os efeitos dos custos com captação é de R\$636.729, onde R\$86.061, estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 11 e 12.

Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o período findo em 30 de setembro de 2025 com redução de 14,11% sobre 31 de dezembro de 2024, cotado a R\$5,3186/USD (R\$6,1923/USD em 31 de dezembro de 2024). A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2025 era de 7,33%, enquanto em dezembro de 2024 foi de 14,51%.

O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	30/09/2025	31/12/2024
Ativo não circulante	5.037	-
Total do ativo	5.037	-
Passivo Circulante	5.013	-
Total do passivo	5.013	-

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados às moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (moeda estrangeira)	Custo financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta ativa	Ponta passiva		
Resolução 4131 – Bocom BBM	16.223	USD + 5,22%	CDI + 0,73%	16/09/2027	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como *Fair Value Option*, vigentes em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2025	31/12/2024		30/09/2025	31/12/2024
Dívida designada para "Fair Value Option"	86.000	-	Moeda Estrangeira	(86.074)	-
		-	Posição Ativa		
	86.000	-	Moeda Estrangeira	86.074	-

Notas Explicativas

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2025	31/12/2024		30/09/2025	31/12/2024
Swap Cambial			Posição Passiva		
(Derivativo)			Taxa de Juros CDI	(86.350)	-
			Posição Líquida Swap	(276)	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(86.350)	-

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 30 de setembro de 2025 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 11 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de cambio (Ptax) foi obtida no site do banco central.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial no período findo em 30 de setembro de 2025, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(86.000)		(77.224)	(96.549)	(115.874)
Variação Dívida			8.776	(10.549)	(29.874)
Swap Cambial					
Posição Ativa		Alta do Câmbio			
Instrumentos Financeiros Derivativos	86.074		77.298	96.623	115.948
Variação – USD e LIBOR			(8.776)	10.549	29.874
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos – Taxa de Juros CDI	(86.350)		(86.350)	(86.350)	(86.350)
Variação – Taxa de Juros CDI			-	-	-
Subtotal	(276)		(9.052)	10.273	29.598
Total Líquido	(86.276)		(86.276)	(86.276)	(86.276)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre o dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2025, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$86.276.

Notas Explicativas

Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro de 2025 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	96.231	Alta CDI	12.029	15.036	18.044
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(86.350)	Alta CDI	(10.794)	(13.493)	(16.191)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(428.942)	Alta TJLP	(38.433)	(48.041)	(57.650)
Subtotal ⁽²⁾	(515.292)		(49.227)	(61.534)	(73.841)
Total -perdas ⁽²⁾	(419.061)	-	(37.198)	(46.498)	(55.797)

(1) Considera o CDI de 30 de setembro de 2026 (12,50% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 setembro de 2025 e TJLP 8,96% ao ano.

(2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$121.437.

20. Benefícios pós-emprego

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33 (R1).

Em 30 de setembro de 2025, a despesa de patrocínio ao plano foi de R\$175 (R\$73 em setembro de 2024), registrada na rubrica de benefícios pós emprego na demonstração de resultado do período.

21. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	30/09/2025	31/12/2024
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	118.838	175.564
Receita de margens da obrigação de performance da construção	12.777	811
(Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(3.792)	(3.670)
Outros ativos	(10.614)	-
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	-	8.020
Atividades de investimentos		
Aplicações em linhas de transmissão de Energia	10.614	8.020

22. Eventos Subsequente

Energização do Reforço Oriximiná - LMTE

Em 17 de outubro de 2025 a Companhia energizou o Reforço de Grande Porte autorizado para aumento da potência instalada na subestação Oriximiná. O Reforço da subestação Oriximiná, situada no Pará, é um empreendimento

Notas Explicativas

que compreende a instalação do segundo Banco de Autotransformadores Monofásicos (TR2) 500/138-13,8 KV de 150 MVA. A obra foi concluída 30 meses após publicação da Resolução Autorizativa - REA nº 14.314, dentro do prazo regulatório previsto. Foram investidos aproximadamente R\$ 57,7 milhões e o empreendimento adiciona ao portfólio do grupo uma RAP de R\$ 7,7 milhões.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Acionistas, Diretores e Administradores da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Ênfase

Incêndio nos transformadores da linha de transmissão

Chamamos a atenção para a nota explicativa 14.2 às informações financeiras intermediárias na qual a Companhia divulga que responde à processos na esfera civil, de cunho indenizatório, decorrente de prejuízos causados pelo incêndio na Subestação de Macapá em 3 de novembro de 2020, que afetou o fornecimento de energia do Estado do Amapá. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2025.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC RJ-093771/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2025

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 6 de novembro de 2025.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Linhas de Xingú Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 6 de novembro de 2025.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG